



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO**  
**2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO**

109  
2

ED na Ap nº 0233122-6

COMARCA: Recife

EMBARGANTE: Estado de Pernambuco

EMBARGADO: Alberes Fernando do Nascimento

RELATOR: Des. Francisco Bandeira de Mello

**EMENTA:** EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. PREQUESTIONAMENTO. INVIABILIDADE DE REEXAME DA CAUSA. 1. Na hipótese vertente, ratificou-se, integralmente, a fundamentação expendida no voto condutor do acórdão embargado, cujo teor contemplou todos os aspectos relevantes para a resolução da controvérsia. 2. De fato, o acórdão embargado é claro e suficiente por seus próprios termos, havendo apreciado a matéria debatida nos autos e tendo o julgador decidido a questão em conformidade com a legislação e jurisprudência que entendeu aplicável à matéria. 3. Com efeito, é cediço que *“o magistrado não está obrigado a rebater, um a um, os argumentos trazidos pela parte, desde que os fundamentos utilizados tenham sido suficientes para embasar a decisão.”* (Superior Tribunal de Justiça: EDcl no REsp 856315/SC). 4. Embargos declaratórios conhecidos porém improvidos, à unanimidade.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos dos Embargos de Declaração na Apelação Cível nº 0233122-6, acima referenciados, acordam os Desembargadores integrantes da 2ª Câmara de Direito Público deste Tribunal de Justiça, à unanimidade dos votos, em negar-lhes provimento, nos termos do voto do Relator, que integra o acórdão.

Recife, 2 de maio de 2013 (data do julgamento).

  
**Des. Francisco Bandeira de Mello**  
Relator



110  
2

**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO**  
**2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO**

ED na Ap nº 0233122-6

COMARCA: Recife

EMBARGANTE: Estado de Pernambuco

EMBARGADO: Alberes Fernando do Nascimento

RELATOR: Des. Francisco Bandeira de Mello

**RELATÓRIO E VOTO**

Trata-se de **Embargos de Declaração**, para **fins de prequestionamento**, interpostos pelo Estado de Pernambuco em face de acórdão proferido nos autos da Apelação nº 0233122-6, pelo qual se **deu provimento à apelação cível** interposta por Alberes Fernando do Nascimento, em ordem a julgar procedente o pedido, condenando o Estado de Pernambuco a pagar ao autor o valor em pecúnia da licença prêmio não gozada.

A decisão embargada restou assim ementada:

**EMENTA:** APELAÇÃO CÍVEL. ADMINISTRATIVO. LICENÇA-PRÊMIO NÃO GOZADA. APOSENTADORIA. PAGAMENTO EM PECÚNIA. MODIFICAÇÃO NA LEGISLAÇÃO ESTADUAL. DIREITO ADQUIRIDO. APELO PROVIDO. 1. Aplica-se à espécie o entendimento firmado do julgamento dos EI nº 1337197, realizado pelo 1º Grupo de Câmara Cível (DJ de 21/03/2012), segundo o qual *"tendo o servidor se aposentado sem gozar a licença prêmio ou utilizá-la para fins de aposentadoria, tem direito de receber a referida licença, em pecúnia, desde que tenha preenchidos os requisitos para a concessão da licença até a entrada em vigor da Emenda Constitucional nº 16/99 do Estado de Pernambuco, que se deu em junho de 1999"* (com ressalva do entendimento pessoal do relator). 2. No caso dos autos, quando da edição da Emenda Constitucional nº 16/99, o apelado já havia adquirido o direito a uma licença-prêmio, tendo direito, portanto à percepção em pecúnia de licenças-prêmio não gozada, quando da passagem para a inatividade. 3. Recurso de apelação provido.

Argúi o Estado embargante, em suas razões recursais, que: (i) a razão do prequestionamento reside na necessidade deste Tribunal pronunciar-se explicitamente acerca da violação ao artigo 6º, *caput* e § 2º, do Decreto Lei nº 4.657/42, e ao artigo 5º, inciso XXXVI, da Constituição da República; (ii) o acórdão impugnado não teria aplicado de forma irrepreensível o conceito de direito adquirido, isso porque o referido conceito somente se caracterizaria a partir da efetivação de dois requisitos básicos, quais sejam: 1) preenchimento de pressupostos legais específicos por parte do interessado; 2) incorporação da situação jurídica consolidada ao patrimônio jurídico do interessado.

É o essencial a relatar.

Na hipótese vertente, e com a devida vênia, tenho por improcedente a pretensão recursal ora submetida a julgamento.

De proêmio, anoto que não houve descumprimento ao artigo 6º, *caput* e § 2º, do Decreto Lei nº 4.657/42, e ao artigo 5º, inciso XXXVI, da Constituição da República, posto que acórdão recorrido fundou-se em jurisprudência pacífica deste Tribunal de Justiça, inexistindo necessidade de pronunciamento expresso acerca de dispositivos invocados na tese manifestada no recurso.





**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO**  
**2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO**

Com efeito, é cediço que “o magistrado não está obrigado a rebater, um a um, os argumentos trazidos pela parte, desde que os fundamentos utilizados tenham sido suficientes para embasar a decisão.” (Superior Tribunal de Justiça: EDcl no REsp 856315/SC.)

Deveras, ficou consignado no voto condutor o entendimento deste Tribunal de Justiça – inclusive com precedentes – no sentido de que “tendo o servidor se aposentado sem gozar a licença prêmio ou utilizá-la para fins de aposentadoria, tem direito de receber a referida licença, em pecúnia, desde que tenha preenchidos os requisitos para a concessão da licença até a entrada em vigor da Emenda Constitucional nº 16/99 do Estado de Pernambuco, que se deu em junho de 1999.” (EI 1337197 PE. Relator: Des. Francisco Eduardo Gonçalves Sertorio Canto. Julgado: 21/03/2012).

Em reforço, peço licença para ratificar, integralmente, a fundamentação expendida no voto condutor do acórdão embargado, cujo teor contemplou todos os aspectos relevantes para a resolução da controvérsia trazida a esta instância recursal:

“Conforme antedito, cuida-se de apelação cível interposta contra sentença que julgou improcedente o pleito de conversão em pecúnia de licenças-prêmio não gozadas.

O cerne da questão versa sobre a existência, ou não, no caso, de direito à percepção em pecúnia de licença-prêmio não gozada, quando da passagem do servidor para a inatividade.

Passo, pois, a analisar a existência, ou não, dos requisitos necessários à conversão pretendida.

Da análise dos autos, observo, às fls. 15/16, parecer do departamento de apoio técnico e legislativo em que consta informação segundo a qual o autor efetivamente prestou serviço durante um decênio.

Verifico, porém, que, segundo afirma a inicial (fls. 3), o *pedido de aposentadoria* foi apresentado em 17 de junho de 2001, ocasião em que já estava em vigor a Emenda Constitucional nº 16/99, a qual, alterando substancialmente o teor do art. 131, § 7º, da Constituição Estadual, passou a admitir a percepção em pecúnia de licença-prêmio não gozada apenas por motivo de falecimento do servidor em atividade.

De fato, a teor do que dispõe o art. 131, § 7º, da Constituição do Estado de Pernambuco, com redação dada pela EC nº 16/99, vigente à época da passagem para a inatividade, existia óbice constitucional à percepção em pecúnia da licença-prêmio não gozada, ao tempo da aposentadoria do servidor público:

Art. 131. A despesa com o pessoal ativo e inativo do Estado e dos Municípios não poderá exceder os limites estabelecidos em lei complementar federal.

(...)

§7º. É vedado o pagamento ao servidor público, ao militar do Estado e aos empregados das entidades da administração indireta que recebam transferência do tesouro:

(...)



112  
2

**PODER JUDICIÁRIO**  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO  
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

**III – de férias e licença-prêmio não gozadas, salvo, quanto a última, por motivo de falecimento do servidor em atividade.**

(Não há grifos no original)

Por conseguinte, observo que a única ressalva feita pela Constituição Estadual, permitindo a percepção da licença-prêmio em pecúnia, consiste exatamente no falecimento do servidor em atividade.

Por essa razão, penso que o autor/apelado não faz jus ao recebimento em pecúnia das licenças-prêmio não gozadas.

Acrescento, de todo modo, que não me parecem aplicáveis à espécie os precedentes jurisprudenciais do Superior Tribunal de Justiça que, com base na teoria da vedação do enriquecimento sem causa da administração, asseguram a conversão em pecúnia de licenças-prêmio não gozadas nem computadas para efeito de aposentadoria, *por necessidade de serviço*.

Isso porque, do exame dos autos, não visualizo nenhum elemento de convicção que permita inferir que a administração tenha a qualquer título obstado o gozo, *in natura*, das referidas licenças.

**Não obstante**, este Tribunal sufragou, por amplíssima maioria, entendimento diverso, consoante se vê dos seguintes julgados:

DIREITO ADMINISTRATIVO. RECURSO DE AGRAVO. LICENÇA-PRÊMIO NÃO GOZADA. PAGAMENTO EM PECÚNIA. MODIFICAÇÃO NA LEGISLAÇÃO ESTADUAL. DIREITO ADQUIRIDO. SENTENÇA MANTIDA EM SUA INTEGRALIDADE. RECURSO DE AGRAVO A QUE SE NEGA PROVIMENTO. POR UNANIMIDADE. 1.O autor pleiteia o pagamento dos valores referentes aos períodos de licença-prêmio não gozadas (06 meses do 1º decênio e 06 meses do 2º decênio), diante da negativa da administração quando de sua aposentadoria que se deu em 03/08/2001. 2.Diante dos fatos narrados, bem como dos documentos colacionados, verifica-se que razão assiste ao autor/recorrido, posto que as alterações posteriores na legislação estadual não podem atingir o direito adquirido do autor, sobretudo porque se encontra amparado no artigo 112 da Lei Estadual nº 6.123/68, vigente na época da concessão das licenças-prêmio. 4.O Estatuto dos Servidores do Estado de Pernambuco assegura a percepção em pecúnia da licença prêmio não gozada, no entanto, após a reforma administrativa na esfera federal implementada pelas Emendas Constitucionais 19 e 20, alguns dispositivos da Constituição Estadual foram adequados ao texto da Carta Maior, através da EC 16/99, dentre eles o que vedou a percepção em pecúnia da licença prêmio não gozada (art. 131, § 7º, III, da Constituição Estadual). 5.Ressalte-se, ainda, que a Constituição Estadual, apesar das modificações implementadas, assegurou o respeito ao direito dos servidores, destacando aqueles que já cumpriram os requisitos para usufruí-los, como é o caso do autor/recorrido, que cumpriu os requisitos ao gozo da licença prêmio em momento anterior a essas modificações, ficando, dessa forma, amparado pelo instituto do direito adquirido, como bem foi julgado pelo juízo a quo. 6.Precedentes desta Egrégia Corte e do Superior Tribunal de Justiça (Apelação Cível 112520-0; Embargos de Declaração 107330-3/01 e AgRg no REsp 678546 / SC). 7.Por unanimidade, NEGOU-SE PROVIMENTO ao presente recurso. (AGRAVO 185686-6/01, Rel. Des. Luiz Carlos Figueirêdo, 7ª Câmara Cível, DJ de 15/06/2010).



113  
2

**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO**  
**2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO**

**EMENTA - PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. APELAÇÃO CÍVEL. ARGUMENTOS REPETITIVOS. MATÉRIAS JÁ ANALISADAS NO JULGAMENTO DA APELAÇÃO. DIREITO DO AGRAVADO AO RECEBIMENTO DE LICENÇA-PRÊMIO NÃO GOZADA E CONVERTIDA EM PECÚNIA. PREENCHIMENTO DE TODOS OS REQUISITOS PARA A CONCESSÃO DA LICENÇA PRÊMIO ANTES DA EDIÇÃO DA EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 16/99. DIREITO ADQUIRIDO. PRECEDENTES DOS TRIBUNAIS PÁTRIOS. RECURSO DE AGRAVO IMPROVIDO À UNANIMIDADE.** 1-Todos os questionamentos feitos no presente recurso foram rebatidos na decisão terminativa prolatada na Apelação Cível nº 0131717-5. 2- Insiste o recorrente, basicamente, nos mesmos argumentos contidos no recurso de apelação cível em apenso, in casu, aduz que o recorrido não possui direito à conversão de licença prêmio não gozada em pecúnia, pois os servidores públicos estatutários não possuem direito adquirido a regime jurídico. Além disso, ainda, ressaltou que não há lei em que se respaldo a possibilidade de conversão da licença prêmio em pecúnia, conforme pleiteado pelo recorrido. 3-Destarte, compulsando os autos, verifico que foi demonstrado que o artigo 98, § 2º, inciso V, da Constituição do Estado de Pernambuco previa a possibilidade da conversão em pecúnia do valor referente às licenças-prêmio nos casos de falecimento ou de aposentadoria do servidor. Para tanto, exigia-se os seguintes requisitos: que não tivesse sido contado para efeito de aposentadoria o tempo relativo as licenças-prêmio e que o período da licença não tivesse sido usufruído pelo servidor. 4-Nesse andar, ressalta-se que, foi reconhecido que esse direito de conversão da licença prêmio em pecúnia no caso de aposentadoria do servidor veio a ser suprimido pela Emenda Constitucional 16/99; entretanto, o artigo 253 das Disposições Constitucionais Finais assegurou os direitos aos servidores até então adquiridos. 5- Diante desse contexto, em razão do servidor, ora apelado, ter atendido todos os requisitos necessários ao recebimento do valor referente às licenças-prêmio antes da vigência da supramencionada Emenda, conforme foi devidamente demonstrado na decisão fustigada, tenho que não há como afastar o direito perquirido pelo recorrido. 6-Recurso conhecido e improvido à unanimidade. (AGRAVO 1311717-5/01, Rel. Des. João Bosco Gouveia de Melo, 7ª Câmara Cível, DJ de 24/11/2009).

Devido ao posicionamento adotado por este Tribunal, fui voto vencido no julgamento da Apelação Cível nº 133719-7, com data de julgamento em 31/03/2011:

**ADMINISTRATIVO. LICENÇA-PRÊMIO NÃO GOZADA. APOSENTADORIA. PAGAMENTO EM PECÚNIA. MODIFICAÇÃO NA LEGISLAÇÃO ESTADUAL. DIREITO ADQUIRIDO. APELO PROVIDO. DECISÃO POR MAIORIA.** 1-O diploma legal anterior à Emenda Constitucional nº 16/99 proporcionava ao recorrente o direito à licença-prêmio em qualquer forma que ela pudesse ser apresentada (gozo ou conversão em pecúnia) e, deste modo, não havia qualquer vínculo com o tempo em que o apelante viesse a postular sua aposentadoria. Nesta conjuntura, pelo exame da documentação acostada aos autos, sobretudo docs. às fls. 18 e 33, verifica-se que o autor/apelante demonstrou suficientemente ter adquirido o direito à referida vantagem, quando ainda na ativa, não havendo gozado a mesma até sua aposentação, tampouco a utilizado para contagem de tempo de serviço. 2-Em sendo assim, não cabe falar em mera expectativa de direito, pois à época da legislação vigente o servidor já havia alcançado os requisitos exigidos, estando tal direito já perfeitamente inserido no seu âmbito jurídico-patrimonial. 3-Ademais, o fato de o servidor não gozar a licença prêmio por opção não lhe retira o direito de pleitear a indenização, sendo certo que a negativa da conversão equivaleria a enriquecimento ilícito da Administração. 4-Apelo provido para julgar procedente a ação originária e converter em pecúnia a licença prêmio não gozada, invertido o ônus sucumbencial, fixado em 5%





114  
2

**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO**  
**2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO**

sobre o valor da condenação. 5-Decisão por maioria. – Por maioria de votos, deu-se provimento nos termos do voto do revisor, vencido o relator, Des. Bandeira de Mello.

O referido aresto foi, posteriormente, objeto dos Embargos Infringentes, em cujo julgamento, realizado pelo 1º Grupo de Câmaras Cíveis, foi ratificado o entendimento acima transcrito (DJ de 21/03/2012):

**DIREITO ADMINISTRATIVO. LICENÇA-PRÊMIO, ADQUIRIDA ANTES DA ENTRADA EM VIGOR DA EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 16/99, E NÃO GOZADA PELO SERVIDOR EM ATIVIDADE, NEM MESMO UTILIZADA PARA O CÔMPUTO DA APOSENTADORIA. REQUERIMENTO DE PAGAMENTO EM PECÚNIA. POSSIBILIDADE. DIREITO ADQUIRIDO. 1. Este Tribunal de Justiça de Pernambuco já firmou entendimento acerca da matéria, no sentido de, tendo o servidor se aposentado sem gozar a licença prêmio ou utilizá-la para fins de aposentadoria, tem direito de receber a referida licença, em pecúnia, desde que tenha preenchidos os requisitos para a concessão da licença até a entrada em vigor da Emenda Constitucional nº 16/99 do Estado de Pernambuco, que se deu em junho de 1999. 2. Embargos infringentes rejeitados. À unanimidade, negou-se provimento aos infringentes, nos termos do voto do Relator e do Revisor, que acompanhou o voto do Relator na íntegra. (grifei) EI 1337197 PE. Relator: Des. Francisco Eduardo Gonçalves Sertorio Canto. Julgado: 21/03/2012. (grifei)**

No caso dos autos, quando da edição da Emenda Constitucional nº 16/99, o apelado já havia adquirido o direito a uma licença-prêmio, tendo direito, portanto à percepção em pecúnia de licenças-prêmio não gozada, quando da passagem para a inatividade.

Ante o exposto, e em homenagem à necessária função uniformizadora do direito, ressalvo o meu entendimento pessoal, porém curvo-me ao entendimento desta Corte, razão por que **dou provimento ao apelo voluntário**, em ordem a julgar procedente o pedido, condenando o Estado de Pernambuco a pagar ao autor o valor em pecúnia da licença prêmio não gozada”.

O acórdão embargado é, pois, claro e suficiente por seus próprios termos, havendo apreciado a matéria debatida nos autos e tendo o julgador decidido a questão em conformidade com a legislação e jurisprudência que entendeu aplicável à matéria.

Com esses fundamentos, conheço dos presentes embargos porém **nego-lhes provimento**.

Recife, 8 de maio de 2013.

  
**Des. Francisco Bandeira de Mello**  
Relator